



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

Ofício nº 1997/2022-DL

Sapucaia do Sul, 06 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Prefeito Volmir Rodrigues
Prefeitura Municipal
Sapucaia do Sul- RS


Assunto: **Autógrafo.**

Senhor Prefeito,


Dirigimo-nos a Vossa Excelência, na forma do art. 60, da Lei Orgânica Municipal, para encaminhar o incluso **AUTÓGRAFO** que "Dispõe sobre a percepção de honorários de sucumbência aos procuradores, e advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo e ao Procurador-Geral do Município de Sapucaia do sul, com base no artigo 22, da Lei Federal nº 8.906/94 e no artigo 85, § 19 da Lei Federal nº 13.105/2015 e dá outras providências".

PROC. nº 24320/2022 – Origem do Poder Executivo – Mensagem 81/2022-
PROJETO DE LEI EXECUTIVO nº 068/2022, que em Sessões Plenárias Ordinárias, realizadas nos dias 01 e 06 de dezembro de 2022, foi aprovado por unanimidade, em 1ª e 2ª discussão e votação.

Atenciosamente,


VERIDIANA PACHECO
Vereadora Secretária


JORGE BARBOSA DE SOUZA
Vereador Presidente


Tisciana Medeiros
06/12/22
15:07h



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

PROJETO DE LEI Nº.../2022.

Dispõe sobre a percepção de honorários de sucumbência aos procuradores, e advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo e ao Procurador-Geral do Município de Sapucaia do sul, com base no artigo 22, da Lei Federal nº 8.906/94 e no artigo 85, § 19 da Lei Federal nº 13.105/2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL, faço saber que em cumprimento ao disposto no art. 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Nas ações judiciais de qualquer natureza, em que for parte o Município de Sapucaia do Sul, os honorários advocatícios fixados por arbitramento, acordos ou sucumbência pertencem integralmente aos procuradores, advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo e Procurador-Geral do Município de Sapucaia do Sul.

§ 1º O disposto no *caput* abrange todas as ações ajuizadas, que estejam em andamento ou não, bem como os acordos de parcelamentos extrajudiciais decorrentes de demandas judiciais.

§ 2º Os honorários constituem verba variável, não incorporável nem computável para cálculo de qualquer vantagem remuneratória.

§ 3º A verba honorária a que alude o "caput" do artigo 1º desta Lei se estende aos servidores estáveis que exerçam função de advogado e que estejam lotados na PGM, nos termos do "caput" do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 4º Os honorários serão partilhados em partes iguais entre procuradores e advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo que estejam em exercício no momento da percepção da verba honorária a ser rateada, ou quando do quadro de aposentados pelo período de 5 (cinco) anos a contar do ato da aposentadoria, desde que aposentadoria seja requerida após a publicação desta lei.

§ 5º Os advogados públicos do Município estabilizados pelo artigo 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal farão jus à percepção da verba honorária pelo prazo de 5 (cinco) anos após o desligamento do Executivo Municipal.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

§ 6º Somente farão jus aos honorários advocatícios os servidores públicos titulares do cargo de procurador municipal e advogado público de cargo de provimento efetivo, após 3(três) anos de efetivo exercício.

§ 7º Fazem jus aos honorários que alude o "caput" do artigo 1º desta Lei os procuradores, e advogados municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo sem distinção de cargo, função, carreira, órgão ou entidade desde que lotados no Poder Executivo.

§ 8º O Procurador-Geral do Município fará jus aos honorários nos termos desta lei, enquanto estiver no exercício do cargo.

§ 9º Os honorários previstos no *caput* deste artigo são verbas de natureza privada, não constituindo encargos ao Tesouro Municipal, sendo pagos exclusivamente pela parte sucumbente ou devedora.

Art. 2º Considera-se em exercício para fins de recebimento dos honorários os Procuradores e advogados públicos de provimento efetivo do Município, que estiver em gozo das licenças previstas no artigo 114 da Lei Municipal 2.028/1997, exceto:

- I - para prestação de serviço militar;
- II - para tratar de interesses particulares;
- III - para acompanhar o cônjuge ou companheiro (a);
- IV - para o desempenho de mandato classista;
- V - para concorrer a mandato público eletivo;
- VI - para o exercício de mandato eletivo;

§ 1º Não entrarão no rateio dos honorários os procuradores e os advogados municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, em licença para exercer atividade política ou sindical, bem como, as(os) pensionistas.

§ 2º Não farão jus aos honorários procuradores, e advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo que forem cedidos ou permutados para outros órgãos ou entidade dos Poderes da União, dos Estados e de outros Municípios;

§ 3º Será excluído da partilha de honorários o titular do direito que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento e aposentadoria, nos termos do disposto nos § 4º e § 5º do art. 1º desta lei.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

Art. 3º A verba correspondente aos honorários advocatícios de que trata esta Lei será depositada em conta especial, aberta pela Secretaria Municipal da Fazenda exclusivamente para este fim, sendo a quantia apurada mensalmente, rateada em partes iguais entre todos os seus titulares, respeitada a limitação temporal do §4º do artigo 1º desta lei, no mês subsequente à data em que se consumir o recolhimento, e paga até o dia 10 (dez) de cada mês.

Parágrafo único. Sobre a parcela dos honorários advocatícios de sucumbência mencionados neste artigo, somente incidirá desconto relativo ao imposto de renda de pessoa física.

Art. 4º Com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a aferição e o rateio da verba honorária entre os procuradores e advogados públicos estáveis e o Procurador-Geral do Município de Sapucaia do Sul, estes elegerão, entre si, 3(três) representantes para formarem a Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º É dever da Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência a prestação de contas trimestral dos recebimentos, rateio das verbas honorárias, registrando e conferindo publicidade a todos os demais membros dos seus atos.

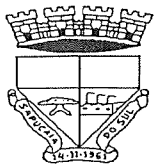
§ 2º Qualquer controvérsia sobre os valores e rateio dos honorários será dirimida pela Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência.

Art. 5º Fica designada a Secretaria Municipal da Fazenda para os fins operacionais e específicos de rateio, distribuição e pagamento dos honorários de sucumbência.

Art. 6º A Secretaria Municipal da Fazenda fornecerá diretamente à Comissão Gestora, planilha e relatório de distribuição mensal dos honorários de sucumbência, com extrato e saldos da conta.

Art. 7º Nos processos em que o alvará for expedido de forma automatizada na conta do Município de Sapucaia do Sul, assim como nos casos em que houver pagamento na via administrativa, a Secretaria Municipal da Fazenda deverá proceder à imediata transferência dos valores relativos aos honorários advocatícios para a conta aberta para esse fim.

Art. 8º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamentação ou ato administrativo que retire dos procuradores, e advogados públicos municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, o direito ao recebimento e rateio dos honorários advocatícios de que trata essa Lei ou que reduza a valores inferiores aos fixados por ato judicial.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081

Art. 9º Os valores referentes aos honorários advocatícios serão depositados em conta bancária específica e serão geridos pela Comissão Gestora do Fundo de honorários dos Procuradores do Município de Sapucaia do Sul.

Parágrafo único. A conta bancária somente poderá ser movimentada com a anuência da maioria os membros do Comissão Gestora de Honorários.

Art. 10 Os valores arrecadados após a entrada em vigor da Lei Federal 13.105/2015, a título de honorários advocatícios fixados por arbitramento, acordos ou sucumbência anteriores à vigência desta Lei, e depositados na conta do Fundo de Aparelhamento e Modernização da Procuradoria-Geral da PGM, decorrentes de ações judiciais, serão rateados em partes iguais entre os procuradores, e advogados municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, em exercício no momento da entrada em vigor desta Lei, excluídos do rateio os ocupantes do cargo de Procurador-Geral anteriores à vigência desta lei.

§ 1º O valor referido no caput será rateado unicamente entre os procuradores, e advogados públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, que se encontravam no cargo ao tempo da arrecadação, respeitado os prazos previstos nos § 4º e § 6º do artigo 1º desta lei.

§ 2º Realizada a operação descrita no *caput*, fica autorizado o encerramento da conta bancária do Fundo de Aparelhamento e Modernização da Procuradoria-Geral.

Art. 11 Revoga-se a Lei Municipal nº. 3.473/2013.

Art.12 Está Lei entra em vigor na data de sua publicação

VOLMIR RODRIGUES

Prefeito Municipal

AUTÓGRAFO

Sala Tiradentes, Sapucaia do Sul, 06 de dezembro de 2022.

VERIDIANA PACHECO
Vereadora Secretária

JORGE BARBOSA DE SOUZA
Vereador Presidente